



Assentamento Nova Santa Rita de Cássia II e a deriva de agrotóxicos *Nova Santa Rita de Cássia II Settlement and pesticide drift*

ALT, Júlio¹; SILVA, Naiara Machado da ²; MENESES, Michele Neves³, KUBO, Rumi⁴, BRACAGIOLI, Alberto⁵.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), julio.alt@gmail.com; ²Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), naimss@gmail.com; ³Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGEnf), michelemeneses22@gmail.com; ⁴Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), rumikubo2002@gmail.com; ⁵Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), abracagioli@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Contra os Agrotóxicos e Transgênicos

Resumo: O estudo trata do fenômeno da deriva de agrotóxicos que envolve um assentamento da reforma agrária no interior do Rio Grande do Sul, do impacto socioeconômico e ambiental gerado a partir disso. Também das mobilizações das entidades e movimentos sociais que possibilitaram algumas mudanças na perspectiva da agroecologia e o plantio orgânico certificado naquele município e na região. Trata-se de uma sistematização de experiências do Assentamento Nova Santa Rita de Cássia II, entre 2020 e junho de 2023. Resulta do processo a ampla mobilização da sociedade e das instituições. O caso culminou com a delimitação de áreas com restrição a pulverização, tanto por lei municipal, quanto pela conquista de polígonos de exclusão de aplicação de agrotóxicos em nível estadual. Compreende-se que as derivas motivam conflitos socioambientais, que potencializam a desterritorialização e prejudicam todas as formas de vida. Da mesma forma, a agroecologia é uma das formas de lutar pela manutenção da vida.

Palavras-chave: agroecologia; conflitos socioambientais; políticas públicas; movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Introdução

Os assentamentos da Reforma Agrária localizados na região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul (RS), destacam-se dentre as iniciativas de sustentabilidade e as práticas agroecológicas no Brasil. O caso do Assentamento Nova Santa Rita de Cássia II é representativo, está afinado a essas práticas, mas os(as) assentados(as) travam uma batalha para manter a sua produção orgânica. Fundado em 2002, na sua história recente, o Assentamento vem sofrendo com a deriva de agrotóxicos por pulverização aérea que atinge as produções de agricultores(as) nas cidades de Nova Santa Rita e Eldorado do Sul.

Conforme caracteriza o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o



território desses municípios localiza-se em uma área de transição entre os biomas Mata Atlântica e Pampa. Essas são as chamadas áreas de tensão ecológica, por constituírem os contatos entre tipos de vegetação que podem ocorrer na forma de Ecótono, ou seja, quando a transição se dá por uma mistura florística, envolvendo tipologias com estruturas fisionômicas semelhantes ou claramente distintas; ou, ainda, na forma de Enclave, quando a distinção das tipologias vegetacionais, ou mosaicos entre distintas regiões ecológicas, reflete uma transição edáfica e resguarda sua identidade ecológica. O fato é que ambos são biomas altamente biodiversos e ameaçados. A Mata Atlântica está, inclusive, entre os *hotspots* mundiais, uma das prioridades para a conservação de biodiversidade em todo o mundo (MYERS *et al.*, 2000; MITTERMEIER *et al.*, 2004), em função da sua riqueza biológica e do alto grau de ameaça ao qual está submetida. Conforme destacam Pinto *et al.* (2006), este bioma está reduzido a menos de 8% da sua extensão original no Brasil. Quanto ao Pampa, este sequer está incluído no rol de biomas do país e, em função disso, muitos o consideram hoje o mais desprotegido do país, por possuir menos áreas de proteção em Unidades de Conservação. Desde 2009, aguarda-se a tramitação de uma Emenda Constitucional para o Pampa ser incluído dentre os biomas do país, no artigo 225 da Constituição Federal (COMITÊ, 2020). A região localiza-se, ainda, próxima ao Parque do Delta do Jacuí, área sensível situada entre as principais unidades de conservação da região metropolitana da capital do RS.

A deriva de agrotóxicos potencializou os conflitos socioambientais, ao ser ocasionada em região sensível ecologicamente e de luta agroecológica. Nesse sentido, o presente estudo analisará o impacto da deriva de agrotóxicos no Assentamento Nova Santa Rita de Cássia II, como as estratégias políticas e jurídicas que vêm sendo adotadas por atores, atrizes locais e movimentos sociais nessa disputa por um modelo mais sustentável de produção.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem descritiva e exploratória, com sistematização da experiência, segundo Oscar Jara (2012). A produção dos dados se deu no Assentamento Nova Santa Rita de Cássia II no período de 2020 até junho de 2023.

Resultados e Discussão

Os assentamentos da Região Metropolitana detém hoje a maior produção nacional de arroz orgânico que, com cooperativas e organizações fruto do processo coletivo, refletem em conjunto com as famílias assentadas sobre essa transição agroecológica. Pode-se citar a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda. (COOTAP), a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), a Cooperativa de Trabalhos em Serviços Técnicos (COPTec) e a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS Ltda. (COCEARGS), bem como a Rede de Cooperação e Ajuda Mútua e o Grupo Gestor do Arroz Agroecológico, entre outras (COSTA *et al.*, 2019).

Para melhor compreender a produção do arroz na região, com base na boa safra de 2018/2019, esta envolveu mais de 500 famílias, divididas em 91 grupos de produção e comercialização, distribuídos em 18 assentamentos, em 11 municípios, contando com



mais de 26 mil toneladas de arroz agroecológico (CADORE, 2019). Essa rede na qual se inserem os assentamentos, a partir do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico, como destaca Sperb (2017), vem há anos posicionando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.

Esses assentamentos destacam-se também pela produção hortifruti sem o uso de agrotóxicos, distribuída nas feiras orgânicas na capital, Porto Alegre, e nos municípios do entorno. Como a Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), considerada a primeira feira de agricultores ecológicos do país que, com a Feira Ecológica do Bom Fim (FEBF), constituem a maior feira ecológica ao ar livre da América Latina (BRASIL DE FATO, 2019).

Esse trabalho transformador, contudo, vem sendo ameaçado pela contaminação por agrotóxicos em decorrência da deriva por pulverização aérea. Vale ressaltar que o sistema de produção orgânico previsto pela lei 10.831/2003 e que, a partir de 2014, a COCEARGS se enquadrrou como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Através do Sistema Participativo de Garantia (SPG), viabilizada em 11 municípios no estado do Rio Grande do Sul, a produção e a comercialização orgânica são certificadas (DIAS, 2021).

Em novembro de 2020 constatou-se uma deriva de agrotóxicos que atingiu três assentamentos de reforma agrária e cerca de 30 famílias que haviam conquistado a certificação orgânica em sua produção, sendo estes: Nova Santa Rita de Cássia II, Itapuí e Integração Gaúcha (BITTENCOURT *et al.*, 2022). Importante salientar que, concomitante à deriva em seu território, o mundo estava vivenciando o distanciamento social em função da sindemia do coronavírus. Tudo isso agravou a situação vivenciada por essas famílias, sobretudo ao que tange aos atendimentos em saúde ocasionados pela exposição aos agrotóxicos.

Essa ocorrência abalou as vidas e as práticas de trabalho dessas famílias. Destaca-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra possui em sua bandeira o respeito pela terra e sua função social, o que ampliou a comoção social gerada pelo fato, seja por parte das feiras orgânicas que os assentados integram, seja por conta das provocações técnicas e judiciais aos órgãos estatais competentes. No entanto, a partir do tensionamento e organização popular apontam-se alguns desdobramentos positivos como os descritos a seguir:

A primeira vitória se deu a partir da visita de conselhos estaduais de direitos à área atingida; tais conselhos elaboraram parecer conjunto em março de 2021 (CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS, 2021) sobre a possibilidade da criação de lei restritiva de agrotóxicos. Este tema é amplamente debatido nacionalmente e, regularmente, contestado judicialmente pelas entidades patronais vinculadas ao agronegócio (BRASIL, 2020). Após um longo período de discussão com a prefeitura e a câmara de vereadores, é aprovada a Lei municipal nº 1.680/21, em julho de 2021, que cria a política de proteção a territórios com cultivos sensíveis, a fim de mitigar o impacto de agrotóxicos por aplicação aérea nessas áreas.



Outra conquista se deu a partir do ingresso de diversas ações judiciais, na justiça federal, a fim de proibir a aplicação aérea efetuada pela área vizinha aos assentamentos, cujo fazendeiro foi identificado como o principal agente responsável pelo dano socioambiental. Tal estratégia judicial, até então exitosa, teve a autoria de diversas organizações vinculadas ao movimento ambientalista e social (BRASIL, 2022), que, em conjunto com as famílias assentadas, deram ampla visibilidade local e nacional à pauta em questão.

A terceira conquista deu-se pela definição de polígonos de exclusão, realizada a partir de provocação ao Ministério Público Estadual, que recomendou a elaboração de polígono de exclusão de pulverização aérea de agrotóxico ao órgão ambiental. Com isso, foi formalizado em novembro de 2021, um documento com o intuito de proteção territorial dos recursos hídricos da região, áreas povoadas, áreas de assentamentos no entorno das zonas de amortecimento do Parque Delta do Jacuí. Após diversas reuniões entre órgãos ambientais, ministério público, famílias assentadas, entidades como COCEARGS e ambientalistas, em outubro de 2022, foram delimitados estes polígonos de exclusão, protegendo vasta área de importância socioambiental para toda a região metropolitana da capital (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Dessa maneira, a resistência pela manutenção dos seus territórios livres de agrotóxicos é também uma luta pela vida. Reforça-se, portanto, que a agroecologia é um modo de vida. Um modo de vida em comunhão com a terra que, para os assentados e as assentadas, existe no encontro, na concretude da vida e na ação de cada integrante que vive e dá vida ao seu território.

Algumas Considerações

Essa sistematização de experiência demonstra que as derivas são impulsionadoras de conflitos socioambientais, que potencializam a desterritorialização e prejudicam todas as formas de vida. Deve-se refletir que, apesar das robustas vitórias por meio da organização popular explicitadas no presente estudo, nenhuma delas satisfaz integralmente a real demanda das famílias assentadas. Observa-se que: I) o projeto de lei proposto pelas famílias era mais restritivo; II) a ação judicial propunha maior responsabilização pelos agentes causadores do dano e do poder público; e III) a proposta de tamanho e forma dos polígonos de exclusão, do ponto de vista dos agricultores orgânicos assentados, foi insuficiente.

As famílias assentadas seguem sendo atravessadas pelo “medo da primavera”, que é momento de aplicação hegemônica de agrotóxicos para a produção de monoculturas. Nesse sentido, tal reflexão pode ser desdobrada em duas vertentes: a epistemológica, por meio do conflito socioambiental como espaço para mobilização social de diferentes grupos sociais na atuação de políticas públicas voltadas à agroecologia; a sociopolítica, no sentido de que todas as conquistas relatadas, parciais ou não, foram construídas coletivamente, com atores e atrizes dispendo de suas diferentes expertises por experiências.



Fonte de financiamento: CAPES

Referências

BRASIL. Justiça Federal da 4ª Região. **Mantida suspensão de pulverização de agrotóxicos em propriedade rural de Nova Santa Rita (RS)**. 2022. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=16348#:~:text=O%20Tribunal%20Regional%20Federal%20da,Turma%20no%20dia%2016%2F2. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. CNA pede suspensão de leis municipais que proíbem pulverização aérea de agrotóxicos. **Portal STF**. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441060&ori=1#:~:text=CNA%20pede%20suspens%C3%A3o%20de%20leis,de%20enfrentamento%20ao%20novo%20coronav%C3%ADrus>. Acesso em 01 nov. 2022.

BITTENCOURT, Naiara; RESADORI, Alice; BRAVO, Efendy Emiliano; PILLON, Leonardo *et al* (orgs.). **Agrotóxicos e violações de direitos humanos no Brasil: denúncias, fiscalização e acesso à justiça**. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Curitiba, PR: Terra de Direitos, v. 1, 2022, 158 p.

CADORE, Edson. **Relatório técnico Agrônomo Socio-econômico e Ambiental para manifestação EIA/RIMA** - Lavra de Carvão com recuperação de área degradada. Porto Alegre, RS: COOTAP, 2019.

COMITÊ de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul. #5 // **Territórios em risco (e em luta)**: Caçapava do Sul. 6 jul. 2020. Facebook: Disponível em: https://web.facebook.com/ComiteCombateMegamineracao/videos/828584177669366/?extid=NS-UNK-UNK-UNK-IOS_GK0T-GK1C&ref=sharing&rdc=1&_rdr. Acesso em 10 out. 2022.

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS (Rio Grande do Sul). Parecer Conjunto CEDH-RS e CONSEA-RS: Sobre a adoção de medidas legislativas protetivas à agricultura orgânica no município de Nova Santa Rita. Disponível em: <https://cedhrs.wordpress.com/documentos/>. Acesso em 09 jul. 2023.

COSTA, Ana; KUHN, Daniela; ALT, Júlio; BUZZATTI, Mauren; VATTATHARA, Saritha. O custo da mineração: estudo preliminar sobre a proposta de atividade mineradora nos municípios de Eldorado e Charqueadas. *In*: PRATES, Camila Dallagnese *et al* (orgs.). **Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba (CCM-RS)**. Porto Alegre, RS, 2019.

DIAS, Maiz Bortolomiol. **Sistema participativo de garantia orgânica: o caso do organismo participativo de avaliação da conformidade da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul**. TCC. 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/248650/001134811.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428 de 2006**. Disponível em:



https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/lei11428_mata_atlantica.pdf. Acesso em 22 out. 2022.

JARA, Oscar. **La Sistematización de Experiencias, práctica y teoría para otros mundos posibles**. San José: CEP Alforja, CEAAL, Oxfam Intermon, 2012.

MITTERMEIER, Russell A.; GIL, Patricio R.; HOFFMANN, Michael; PILGRIM, John, BROOKS, Thomas; MITTERMEIER, Cristina G., LAMOUREX, John, FONSECA, Gustavo A. **Hotspots Revisited. Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions**. México, CEMEX, 2004. 390 p.

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russel A.; MITTERMEIER, Cristina G.; FONSECA, Gustavo A. B. da; KENT, Jennifer. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** v. 403, n. 6772, p. 853-858, 2000.

PINTO, Luiz Paulo *et al.* Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um *hotspot* mundial. **Biologia da conservação: essências**. São Carlos: RiMa, p. 91-118, 2006.

REDAÇÃO. Feira dos Agricultores Ecologistas festeja chegada da primavera com música. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/18/feira-dos-agricultores-ecologistas-festeja-chegada-da-primavera-com-musica>. Acesso em 22 out. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam). **Polígono 5 - Compreende os polígonos localizados no entorno do Parque do Delta do Jacuí**. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/central/poligonos.asp>. Acesso em 01 nov. 2021.

SPERB, Paula. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina 2017. **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>. Acesso em 22 out. 2022.